

AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT WASHINGTON, D. C. 20523 BIBLIOGRAPHIC INPUT SHEET	FOR AID USE ONLY
---	-------------------------

1. SUBJECT CLASSIFICATION	A. PRIMARY	Agriculture	AE10-0000-G514
	B. SECONDARY	Agricultural economics--Brazil	

2. TITLE AND SUBTITLE
 Resultados da recente politica de credito rural no Brasil

3. AUTHOR(S)
 Peres, F.C.; Adams, D.W.

4. DOCUMENT DATE 1972	5. NUMBER OF PAGES 20p.	6. ARC NUMBER ARC
--------------------------	----------------------------	----------------------

7. REFERENCE ORGANIZATION NAME AND ADDRESS
 Ohio State

8. SUPPLEMENTARY NOTES (Sponsoring Organization, Publishers, Availability)
 (Presented at Seminario: A Influencia da Politica Agricola na Formacao de Capital, Brasilia)

9. ABSTRACT

10. CONTROL NUMBER PN-RAA-347	11. PRICE OF DOCUMENT
12. DESCRIPTORS Brazil Credit	13. PROJECT NUMBER
	14. CONTRACT NUMBER CSD-2501 Res.
	15. TYPE OF DOCUMENT

Versão Preliminar

RESULTADOS DA RECENTE POLÍTICA DE
CRÉDITO RURAL NO BRASIL

Fernando Curi Péres

e

Dale W Adams

SEMINÁRIO
A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA AGRÍCOLA NA
FORMAÇÃO DE CAPITAL

29 de fev. - 1 de março de 1972

Ministério da Agricultura

EAPA/SUPLAN

Projeto de Formação de Capital

E.S.A. Luiz de Queiroz, Ohio State University

Universidade Federal de Santa Catarina

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Universidade Federal de Viçosa, USAID

Brasília.

Atenção

Embora assumindo a responsabilidade do patrocínio deste Seminário, o Ministério da Agricultura não se obriga, necessariamente, a aceitar ou recomendar os conceitos e pontos de vista emitidos pelos autores dos trabalhos.

Resultados da Recente Política de Crédito Rural no Brasil

Por

Fernando Curi Peres e Dale W Adams

I- Introdução

Até o início da década de 1960 as políticas de desenvolvimento agrícola no país sempre se caracterizaram por medidas de curto prazo e orientadas para crises surgidas. Alguns ajustamentos para medidas de alcance de longo prazo foram iniciados a partir de 1964. Inicialmente deu-se ênfase à criação de incentivos econômicos mais favoráveis aos agricultores. Uma parte importante do programa de desenvolvimento da agricultura foi implementada através de grande aumento no volume de crédito agrícola disponível através do sistema bancário. Até nossos dias poucas análises têm sido feitas com o fim de medir os efeitos econômicos desta expansão do crédito.

O principal objetivo deste trabalho é sumarizar os resultados de algumas das pesquisas de crédito realizadas no sul do país**. Uma vez que muitas destas pesquisas ainda estão em fase de processamento muitas das conclusões apresentadas aqui são preliminares. Especialmente o trabalho tem três objetivos: (1) Apresentar breve revisão da política de crédito agrícola no Brasil, (2) sumarizar os resultados das pesquisas recentes na área do crédito e, (3) sugerir alterações políticas que talvez pudessem aperfeiçoar o desempenho da atual política de crédito.

* Respectivamente, técnico do EAPA - Ministério da Agricultura e Professor da Universidade Estadual de Ohio.

** Projeto Formação de Capital

II - Políticas Recentes de Crédito Rural

Como pode ser visto no Quadro 1, o volume de recursos a locados ao crédito rural no sistema bancário do país aumentou mui to rapidamente durante o período 1960 a 1970. Medido em termos reais a quantidade de recursos aumentou mais de 3 vezes. A relação en tre crédito rural e crédito total também aumentou de 0,11 para 0,25. O número de contratos cresceu 417%^{1/}. A relação entre o va lor de crédito à agricultura e o valor líquido da produção aumen tou rapidamente de 0,13 em 1960 para 0,41 em 1970. Como Adams mos trou, o Brasil tem sido um dos países líderes na América em ter mos de aumento no volume de crédito rural 2/.

Durante os últimos 10 anos o Brasil adotou um complexo conjunto de medidas de política de crédito rural. A lei nº 4.289 de 05/11/65 que criou o SNCR, tem sido a legislação básica para a implementação da política. Esta lei especifica quatro princi pais objetivos da política de crédito: (1) estimular os investi mentos na agricultura, (2) prover adicional capital de trabalho aos agricultores (3) fortalecer a situação econômica dos agricultores, principalmente pequenos e médios e, (4) incentivar a aplicação da moderna tecnologia na agricultura.

1/ Não será claro quanto do aumento dos recursos foi emprestado a novos mutuários. Pelo menos alguns usuários tiveram aumentados seus números de contratos no período 1960/1970.

2/ Dale W Adams, "Agricultural Credit In Latin America: A Critical Review of External Funding Policy" American Journal of Agricultural Economics. May, 1971, p. 170.

QUADRO 1

Crédito Agrícola Institucional no Brasil, 1960-1970

Créditos a agricultura feitos durante o ano					Relação do Crédito Agrícola para o Total do Crédito	Produto Interno Líquido do Setor Agrícola	Relação Crédito Rural/ Produto Interno
Ano	1/ Número	Índice 1960=100	1/ Valor	Índice 1960=100			
	Em 1.000		Em R 1.000.000,00			Em R 1.000.000,00	
1960	231	100	1.811	100	0,11	13.611	0,13
1961	285	123	1.966	108	0,11	15.240	0,13
1962	441	190	2.625	145	0,14	17.830	0,15
1963	549	237	2.293	126	0,14	15.723	0,15
1964	771	334	2.924	161	0,19	17.084	0,17
1965	666	288	2.189	121	0,14	17.793	0,12
1966	856	371	2.715	150	0,16	15.773	0,17
1967	1.029	445	3.349	185	0,18	16.722	0,20
1968	1.500	649	4.106	227	0,18	16.755	0,25
1969	1.145	496	6.489	358	0,23	17.760*	0,37
1970	1.191	515	7.660	423	0,25	18.826*	0,41

Fonte: Dale W Adams and others, "Is Inexpensive Credit A Bargain For Small Farmers? The Recent Brazil Experience", Economics and Sociology Occasional Paper nº 58, The Department of Agricultural Economics and Rural Sociology, The Ohio State University, January 1972, p.5.

1/ Vários relatórios do Banco Central do Brasil

2/ Crédito Total é igual ao crédito efetivamente emprestado ao setor privado, publicado pelo Fundo Monetário Internacional em International Financial Statistics. Os dados foram ajustados aos valores de 1969 usando-se o índice geral de preços publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

3/ Conjuntura Econômica, Vol. 25, nº 9, agosto 1971, pg. 107-111. Os dados foram ajustados aos valores de 1969 usando-se o índice geral de preços publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

* Projetados a partir do valor de 1968 usando-se uma taxa de crescimento de 6%.

A complexidade da política de crédito rural no Brasil não permite, neste trabalho, uma discussão de todos seus programas 3/. Alguns elementos e pressuposições comuns podem ser identificados nestes programas. Por exemplo, todos os bancos que fizeram crédito agrícola na década de 1960 emprestaram a taxas de juros negativos em termos reais. Diversos programas tais como FUNDA3 e FUNFERTIL destinaram recursos e financiamento de insumos modernos a taxas de juros muito baixas. Incentivos especiais têm sido dados ao crédito a pequenos e médios agricultores e para cooperativas. Baixas taxas de juros no crédito e substancial aumento no volume de crédito alocado, principalmente através dos bancos oficiais, tem sido a principal característica do crédito rural no Brasil.

Diversas pressuposições comuns parecem ter sido importantes no desenvolvimento da política de crédito. A primeira é que um volume substancial de novas tecnologias altamente rentáveis está disponível no Brasil. A segunda é que a maioria dos agricultores brasileiros precisa de incentivos monetários especiais como baixa taxa de juros e preços mínimos a fim de induzi-los a adotar rapidamente estas tecnologias. A terceira pressuposição é que pequenos e médios agricultores precisam de maiores concessões nas taxas de juros do que os grandes agricultores, antes que venham a adotar estas novas e rentáveis tecnologias. Alguns dos resultados das pesquisas discutidas a seguir parecem discordar dessas pressuposições.

3/ Mais informações sobre políticas de crédito podem ser encontradas em: Banco Central do Brasil, Relatório de Pesquisa Institucional, (Rio de Janeiro: Banco Central do Brasil, 1969) e Judith Tendler, "Agricultural Credit In Brazil" relatório não publicado preparado para USAID/Brasil disponível na USAID/Brasília, Outubro, 1969.

III - Pesquisas em Crédito

Todas as entrevistas com agricultores, levadas a efeito no Projeto de Formação de Capital, incluíram informações sobre o uso do crédito. As análises dos dados sobre crédito concentraram-se em três principais pontos: (1) Qual é a produtividade dos fatores de produção que tipicamente são adquiridos através do crédito ou que necessitam do crédito para serem comprados? (2) Que tipo de propriedades têm sido beneficiadas com o grande aumento no crédito rural dos últimos anos? (3) Quais os efeitos da política de baixas taxas de juros no crédito rural?

A - Uso do Crédito Entre os Agricultores Estudados em 1969 e 1970

Como pode ser visto no Quadro 2, em mais de 1.000 agricultores entrevistados em 1969-70 em diversas regiões de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mais da metade deles eram pequenos ou médios agricultores com menos de 50 hectares de terra. Como pode ser notado no Quadro 2, uma proporção surpreendentemente alta, 80 a 90 por cento dos agricultores de todos os grupos maiores que 100 hectares estavam recebendo crédito institucional. Somente o equivalente à metade até dois terços dos agricultores com menos de 100 hectares, no entanto, receberam crédito institucional. Como pode ser visto, também no Quadro 2, uma relativamente pequena proporção dos agricultores em todos os grupos de tamanho tiveram crédito de fontes não institucionais. Diversas pessoas no Brasil têm acreditado que o uso de crédito não institucional entre os agricultores tem sido mais importante.

Outras informações sobre o uso do crédito entre os agricultores entrevistados são apresentados no Quadro 3. Não considerando os pequenos agricultores, os produtores estão recebendo altas proporções de crédito com relação às despesas operacionais e com relação ao valor bruto da produção. Novamente, à exceção dos pequenos, as relações mostradas permitem comparar quão favorecidos são os agricultores, mesmo com relação aos de países desenvolvidos.

QUADRO 2

Percentagem de Agricultores Utilizando Crédito, por Fonte
dos Recursos e Tamanho das Propriedades, 1960-1970

Tamanho das Propriedades em Hectares	Número de Propriedades des ^{1/}	Percentagem de Propriedades Utilizando Crédito		
		Tipos de Crédito	Crédito Institucional	Crédito não Institucional
0-49	632	69	56	35
50-99	189	76	62	38
100-199	119	89	88	37
200-499	101	90	84	41
500-999	48	92	88	35
1.000 ou +	16	88	88	38
TOTAL..... 1.105				

FONTE: Propriedades entrevistadas nas pesquisas da Universidade de Ohio, com cooperação da ESALQ/USP e Universidade do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

^{1/} Não inclui 168 propriedades entrevistadas em São Borja.

QUADRO 3

Relação no Uso do Crédito por Tipo de Propriedade
e Região, 1969-1970

Tipo de Propriedade e/ou Região	Número de Propriedades	Relação Entre Valor do Crédito Recebido e	
		Total das Despesas Operacionais	Valor Bruto da Produção
Pequenos Agricultores	376	0,35	0,18
Semi-Modernizadas	247	0,67	0,53
Turvo */	99	0,54	0,32
São Borja */	168	0,55	0,43
São Paulo	383	0,38	0,31
TOTAL.....	1.273		

*/ Municípios

FONTE: Propriedades entrevistadas nas pesquisas da Universidade de Ohio com cooperação da ESALQ/USP e Universidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina

B - Beneficiários dos Aumentos do Crédito Institucional

No Quadro 1 são apresentadas informações relativas aos aumentos no número de empréstimos institucionais feitos anualmente à agricultura, no período 1960/70, embora o número de contratos tenha mais que quadruplicado, não está claro quantos destes contratos foram para novos mutuários. Um aumento nos muitos contratos dos agricultores, mais qualquer aumento em créditos a curto prazo, às expensas de créditos a longo prazo, pode ser responsável por parte do crescimento do número de contratos. Infelizmente não existe um quadro claro, para os dados agregados, de quantos novos mutuários se beneficiaram com o aumento no volume de crédito ocorrido de 1960 a 1970.

Algumas informações com relação a questões de distribuição de créditos, foram conseguidas por um estudo sobre mudanças no uso do crédito entre pequenos e médios agricultores no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, entre 1965 e 1969^{4/}. Os dados deste estudo estão sumariados no Quadro 4. Os dados do quadro são relativos a 289 propriedades com menos de 50 hectares que foram entrevistadas em duas datas: 1965-66 e 1969-70. Como pode ser notado, o valor real do crédito institucional utilizado pelos agricultores que compõem a amostra cresceu quase uma vez e meia de 1965 a 1969. Em 1965, cerca da metade dos agricultores da amostra tinham créditos institucionais. Apesar do grande aumento, em valor, dos créditos, a percentagem de agricultores com empréstimos bancários somente cresceu 56% em 1969. A esta taxa, 100% de aumento no montante dos recursos somente eleva em 4% o número de empréstimos a pequenos agricultores.

Noutras análises das 289 propriedades da amostra, encontrou-se que somente 20 agricultores, 7% dos 289, tinham créditos institucionais de CR\$ 4.000,00 ou mais, em 1969. Em 1965, este grupo recebeu 28% do crédito total para todos os 289 agricultores.

^{4/} Dale W Adams e Joseph L. Tommy, "Changes In Small Farmer Credit Use In Southern Brazil, 1965-69", Occasional Paper nº 61, Department of Agricultural Economics and Rural Sociology, The Ohio State University, Fevereiro 1972, não publicado.

Esta proporção passou para 44%, em 1969. Além disto, estes 20 agricultores absorveram 55% dos aumentos, em valor, dos créditos concedidos a todos os 289 agricultores no período de 5 anos. Em quase todos os casos estes 20 mutuários parecem oferecer excelentes condições para operações bancárias.

Informações sobre mudanças no uso do crédito não institucional entre os agricultores que constituem a amostra são também apresentados no Quadro 4. O declínio do valor absoluto, em termos reais, dos créditos não institucionais, tomados pelos agricultores, surpreendeu. Isto, juntamente com a rápida queda no número de tomadores deste tipo de crédito, sugere que o grande aumento no crédito institucional substituiu pelo menos algum crédito não institucional. Como foi também sugerido com relação ao Quadro 2, o uso do crédito não institucional entre os agricultores da amostra em 1969 foi muito maior que o esperado.

Outro estudo indicou que tem sido difícil aos bancos no Nordeste estender o crédito até novos mutuários apesar do aumento no volume disponível de crédito. ^{5/} O rápido decréscimo no número de contratos feitos à agricultura pelo BNB, entre 1967 e 1970, é uma indicação parcial disto.

Se a distribuição muito limitada de crédito, referida nos estudos citados, é representativa, devemos concluir que o máximo crescimento do crédito no Brasil alcançou um número insignificante de novos mutuários, especialmente entre os pequenos agricultores.

C - Resultados dos Estudos Sobre Produtividade do Crédito

Alguns estudos de produtividade de fatores têm sido conduzidos pelo projeto de Formação de Capital. Uma vez que a maioria destes insumos pode ser comprada com o crédito, os resulta

^{5/} Dale W Adams, Harlan Davis and Lee Bettis, "Is Inexpensive Credit A Bargain For Small Farmers? The Recent Brazil Experience" Economics and Sociology Occasional Paper Nº 58, Department of Agricultural Economics and Rural Sociology, The Ohio State University January 1972

QUADRO 4

Crédito Institucional por Tamanho de Propriedade e
Total do Crédito Não Institucional, 1965 e 1969.

Tamanho da Propriedade Em Hectares <u>a/</u>	Nº Total de Propriedades	1965			1969		
		Número de: Contra Mutuá tos <u>b/</u> rios		Valor em Cr\$ de 1965	Número de: Contra Mutuá tos <u>b/</u> rios		Valor em Cr\$ de 1965 <u>c/</u>
Menos de 10,0	34	14	8	1.697	26	26	10.246
10,0 a 19,9	117	86	57	20.945	116	64	55.206
20,0 a 29,9	86	88	58	24.980	87	52	20.968
30,0 a 49,9	52	38	20	10.975	57	30	32.745
TOTAIS.....	289	226	143	58.597	286	162	139.165
Créditos não Institucionais							
TOTAIS	289	135	94	54.284	118	75	53.364

FONTE: Dale Adams e J.L. Tommy, "Changes In Small Farmer Credit Use In Southern Brazil, 1965-69" Economics and Sociology occasional paper nº 61, The Department of Agricultural Economics and Rural Sociology. The Ohio State University, February 1972, p3.

- a/ As propriedades foram agrupadas segundo seu tamanho em 1965.
- b/ Número de contratos referem-se ao número de empréstimos recebidos pelo agricultor durante o ano. Alguns chegam a receber até sete créditos por ano.
- c/ Os valores de 1969 foram deflacionados para valores de 1965 usando-se os índices dos preços pagos pelos agricultores por insumos para a agricultura no Estado de São Paulo, Instituto de Economia Rural, Secretaria de Agricultura, São Paulo: Período base 1948-52, 1965=7,513 e 1969= 17,590. Não publicado.

dos destes estudos indiretamente indicam a produtividade do crédito. Somente um breve sumário dos resultados mais importantes relativos ao crédito serão apresentados.

Um estudo de dados coletados em 1965, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, enfocou especificamente as relações entre uso de crédito e produtividades marginais^{6/}. Este estudo encontrou que os retornos marginais dos fatores que podem ser, tipicamente, adquiridos com o crédito, são muito inferiores nas grandes propriedades, as quais têm considerável volume de créditos institucionais, do que nas pequenas que não recebem estes créditos. O estudo sugere também que os agricultores que têm acesso a substanciais volumes de crédito institucional estavam, mais ou menos, maximizando as rendas geradas por variáveis que significavam importantes fatores de produção que podem ser adquiridos com o crédito. O estudo indica que alguma realocação do crédito de atuais mutuários para não mutuários poderia aumentar a produção total, bem como ter um impacto mais favorável na distribuição da renda e nos objetivos de maximização de empregos. Estudos realizados com dados coletados em 1969-70 sugerem os mesmos tipos de conclusões.

Em seu estudo, Rao também estudou a relação entre consumo familiar e uso do crédito. Tem sido levantada, como relevante, a hipótese de que uma parte significativa do crédito institucional, especialmente o de pequenos agricultores, é destinado ao consumo. O estudo mencionado, entretanto, mostrou não existir quase nenhuma correlação entre variações no uso de crédito e variações no consumo, independente do extrato de tamanho de propriedade. Aparentemente, a maior parte do crédito está sendo dirigida ao processo produtivo.

Um estudo sobre fertilizantes com dados coletados em São Paulo, em 1970, sugere outro tipo de problema associado à

^{6/} B.P. Rao, "The Economics of Agricultural Credit Use In Southern Brazil". Ph.D. Dissertation, Department of Agricultural Economics and Rural Sociology, The Ohio State University 1971.

produtividade do uso do crédito^{7/}. Uma vez que os resultados deste estudo são exaustivamente tratados no trabalho de Nelson e Meyer, apresentado neste seminário, será útil à esta discussão sumariar brevemente as implicações dos resultados encontrados para a política de crédito.

Acima de tudo, Nelson encontrou, surpreendentemente, baixos retornos marginais e totais ao uso de fertilizantes químicos na área estudada. Quase todos os agricultores estavam utilizando algum fertilizante, mas aplicando muito menores quantidades do que era recomendado. O retorno marginal ao uso de nitrogênio, mesmo a baixos níveis de uso, parece estar próximo do valor zero. Uma análise econômica dos custos marginais e retornos ao uso de fertilizantes nas propriedades estudadas sugerem, fortemente, que os agricultores estão, mais ou menos, maximizando seus lucros. Aparentemente, com a tecnologia e conhecimentos técnicos disponíveis, aumento no uso de fertilizantes não é rentável para os agricultores estudados.

Os valores relativamente baixos e constantes das produções encontradas para trigo e soja apresentados no trabalho de Engler e Meyer também fundamentam os resultados encontrados nos outros estudos de Formação de Capital^{8/}. Mesmo que poucas exceções apareçam aqui e ali entre os estudos, em geral a média e os retornos marginais ao uso de modernos insumos na agricultura brasileira são baixos. Como resultado, em muitos casos, os retornos econômicos ao uso do crédito são também baixos. Pode-se, tentativamente, concluir que o Brasil depara-se com uma barreira tecnológica na sua agricultura, e que substancial acervo de tecnologias rentáveis não está disponível para uso ao nível de propriedade. É preciso maior investimento ou pesquisa para criar novas tecnologias adaptadas às nossas condições.

^{7/} William Charles Nelson, "An Economic Analysis Of Fertilizer Utilization In Brazil" unpublished Ph.D. dissertation, The Department of Agricultural Economics and Rural Sociology, The Ohio State University, 1971.

^{8/} Joaquim J. de Camargo, Engler e Richard L. Meyer, "Trigo: Produção, Preços e Produtividade", Trabalho apresentado no Seminário Sobre Políticas Agrícolas e Sua Influência na Formação de Capital, Ministério da Agricultura, Brasília 29 de fevereiro - 1 de março, 1972.

D - Efeitos da Política de Baixa Taxa de Juros

Diversas pessoas no Brasil têm afirmado que baixas taxas de juros em crédito rural são necessárias para gerar demanda por crédito. Pressupõem que muitos agricultores, especialmente pequenos, requerem incentivos especiais de taxas de juros a fim de usarem crédito para comprar novos fatores de alta rentabilidade. Algumas pessoas podem também, pelo menos, afirmar que estes tipos de irregularidades da demanda, especialmente entre pequenos agricultores, é responsável pelo fato de a maioria do crédito ir para "agricultores mais progressistas", uma vez que está claro que baixa taxa de juros no crédito rural aumenta o volume dos créditos requeridos. Como já foi sugerido, não está claro se os fatores comprados com o crédito tem alta taxa de retornos à margem.

Alguns resultados de pesquisas sugerem que sérios problemas de distribuição de crédito podem existir do lado da oferta^{2/}. Baixa taxa de juros tem um efeito duplo. Além de estimular a demanda por crédito, ela também afeta os interesses financeiros dos bancos em fazer empréstimos que carream favores. Com taxas "administradas" de juros baixos no crédito rural os bancos privados têm poucos incentivos para emprestar à agricultura^{10/}. Mesmo os bancos governamentais preferem minimizar seus custos operacionais, concentrando seus créditos em maiores e mais seguros contratos. Com taxas de juros próximas de zero, ou negativas, cobradas nos empréstimos à agricultura, os bancos defrontam-se com uma virtual horizontalidade da curva da demanda de crédito por mutuários que apresentam vantagens, segundo os critérios bancários: bom cadastro e altos depósitos. Os esforços administrativos do governo visando à dispersão do crédito entre maior número de tomadores tem tido somente um sucesso parcial. As políticas de baixa taxa de juros também destroem os incentivos dos bancos para emprestar a pequenos agricultores, encorajam os indivíduos que têm vantagens de acesso ao crédito, a superrutilizar esse crédito

^{2/} Bernard L. Erven and Norman Rask "Credit Infusion as a Development Strategy, The Ibiruba Pilot Project in Southern Brazil", Paper presented at "Small Farmer Development Strategies Seminar" The Ohio State University, September 13-15, 1971.

Judith Tendler, "Agricultural Credit in Brazil", relatório não publicado, Missão USAID, Brasil, arquivado na USAID/Brazil, Outubro 1969.

^{10/} Detalhes sobre os aspectos tratados neste item são exaustivamente tratados em: Dale W. Adams, "External Credit Policy for Latin America: Reply" American Journal of Agricultural Economics, forthcoming.

to, e forçam o governo a criar onerosos programas especiais para canalizar créditos aos pequenos agricultores.

Políticas de crédito barato também têm outros impactos não favoráveis. As distorções de preço que introduzem e seu impacto no emprego têm sido pouco conhecidas. Na zona açucareira do Nordeste do Brasil, de população muito pobre, por exemplo, houve disponibilidade de quantidade razoável de crédito, durante os a nos 1960 e 1970, principalmente para grandes agricultores, a ta xas de juros que variaram de zero a 18% ao ano. Estas taxas re sultaram em valores reais negativos dada a taxa de inflação de 20%, ou mais, ao ano. Ao mesmo tempo, a legislação trabalhista sur gida nas últimas décadas tende a aumentar o custo real da mão-de o bra rural para os produtores de açúcar e criadores. Com estas políticas, não deve causar surpresa que muitos produtores este jam aumentando investimentos em capital que substitui trabalho, ou desenvolvendo explorações como a pecuária que requer menos quantidade do fator trabalho.

Baixa taxa de juros no crédito também limita seriamente os incentivos monetários que podem ser oferecidos pela poupança institucional na área rural. Administrativamente, é difícil pa gar taxas mais altas aos depósitos do que aquelas cobradas pelos créditos. Assim, a baixa taxa de poupança é mantida. Pressupõe-se que existe pouca ou nenhuma capacidade de poupança na área rural e então as políticas são implementadas com a segurança de que es ta suposição é verdadeira. Baixa taxa de juros para poupança efe tivamente bloqueia a mobilização institucional de fundos, que po deriam sobrar do consumo interno e das necessidades de investi mento, a taxas de juros realistas. Com disponibilidade de crédito barato, os agricultores são encorajados a consumir recursos ou transferir os recursos próprios ou tomados como crédito para fora do setor agrícola.

IV - Principais Consequências Relacionadas com a Política de Crédito

O programa brasileiro de crédito agrícola, durante os anos da década de 1960, tem sido associado a alguns notáveis sucessos^{11/}. A quantidade de terra cultivada, por exemplo, passou de 26 milhões de hectares, em 1960, para 35 milhões, em 1970, enquanto que o uso de fertilizantes saltou de 300 mil para 820 mil tonela das métricas. Sobretudo o índice de produção agrícola foi elevado, de 112, em 1960, para 136, em 1970. Mais de 100.000 tratores agrícolas foram comprados por agricultores, de 1960 até 1970. A produção de trigo quadruplicou na década passada. Menos espetaculares, mas não menos impressionantes aumentos, aconteceram nas produções de soja, milho, arroz, citrus e de aves, na última década.

O grande aumento no crédito rural institucional a taxas de concessão, conjugadas com outras políticas de preço, participou marcante e claramente na criação de condições para este aumento de capacidade produtiva, assim como na produção. Parece, no entanto, que pelo menos três dos quatro objetivos, explicitados na lei nº 4.289, de 1965, que criou o SNCR, foram, ao menos parcialmente, alcançados: os investimentos nas propriedades foram mais estimulados, quantidades adicionais de capital de trabalho foram providas e o uso de modernas tecnologias na agricultura foi encorajado. Estas são substanciais realizações.

A despeito deste sucesso parece que o Brasil tem pelo menos dois importantes problemas a desafiar os atuais programas de crédito. O primeiro é que relativamente poucos novos mutuários, especialmente entre pequenos e médios agricultores, puderam participar no aumento dos recursos do crédito rural. Os problemas do desemprego e da pobreza rural são muito sérios e não deveriam ser o

^{11/} Os parágrafos seguintes são tirados principalmente de Dale W. Adams, Harlan Davis e Lee Bettis, "Is Inexpensive Credit A Bargain For Small Farmers", Economics and Sociology Occasional Paper Nº 58 Department of Agricultural Economics and Rural Sociology, The Ohio State University, January 1972 p. 6.

mitidos por uma das principais ferramentas para o desenvolvimento no Brasil: Crédito. Se possível, ajustamentos deveriam ser feitos nas atuais políticas, de maneira que maior número de pequenos e médios agricultores recebam quantidades significantes de crédito rural.

O segundo problema mais importante pode ser o de que relativamente pouca tecnologia lucrativa está disponível para ser adquirida pelos agricultores com os recursos do crédito. Pode ser que uma parte substancial dos agricultores esteja encontrando barreiras tecnológicas, às quais rapidamente restringem sua habilidade para aumentar a produção de maneira rentável e, consequentemente, o uso do crédito.

Diversas alternativas podem contribuir para resolver estes dois problemas gerais. Os resultados dos estudos de Formação de Capital, no entanto, sugerem que duas alternativas devem receber considerações iniciais. A primeira é a de que a taxa de juros no crédito rural deve ser aumentada em termos reais. Isto pode reduzir seus usos ineficientes por mutuários que atualmente absorvem a maior parte dos recursos. Maiores taxas de juros podem, desta maneira, prover os bancos com recursos liberados para serem emprestados aos pequenos agricultores e, ao mesmo tempo, incentivar os bancos a seguir este caminho. Maiores taxas de juros no crédito podem, também, permitir aos bancos mobilizar volumes significantes de poupanças através do oferecimento de maior taxa nos juros pagos às poupanças dos agricultores.

Se o Brasil não tem disponibilidade de quantidades significantes de tecnologias rentáveis para a agricultura, uma segunda alternativa de política seria investir maciçamente em pesquisa, para criar tais tecnologias. Isto pode significar desvio de alguns recursos atualmente usados para suportar as taxas negativas de juros, em termos reais, do crédito rural, para fins de pesquisa. A recente experiência na Ásia, com variedades altamente produtivas de trigo e arroz, sugerem de maneira incisiva que os retornos aos investimentos em pesquisa podem ser muito grandes. Em suma, o Brasil precisa considerar seriamente a possibilidade de enfatizar mais o aumento da produção agrícola e da produtividade através de

mudanças tecnológicas e freiar a ênfase em conceder os mesmos re cursos através de incentivos monetários. Os custos sociais poderão ser substancialmente inferiores por este caminho.

Bibliografia

- 01 ADAMS, Dale, "Agricultural Credit in Latin America: A Critical Review of External Funding Policy", American Journal of Agricultural Economics, May, 1971
- 02 _____, "External Credit Policy for Latin America: Reply", Forthcoming American Journal of Agricultural Economics
- 03 _____, Harlan Davis, and Lee Bettis, "Is Inexpensive Credit A Bargain For Small Farmers?" The Brazil Experience, Occasional Paper n° 58, The Ohio State University, Dec. 1971.
- 04 _____, Simpson William e Tommy Joseph, "Formação de Capital em Propriedades de Tamanho Pequeno e Médio, na Região Sul do Brasil, 1965 a 1969", Nota de Pesquisa n° 9-P Série A, USP, Piracicaba, SP, fev., 1972.
- 05 ERVEN, Bernard L., and Rask Norman, "Credit Infusion as a Development Strategy, The Ibiruba Pilot Project in Southern Brazil," Paper presented at "Small Farmer Development Strategies Seminar" The Ohio State University, September 13-15, 1971.
- 06 NELSON, William C, "Aspectos do Uso de Crédito e de Fertilizantes em Guaira, Jardinópolis e Sales de Oliveira, Estado de São Paulo", Nota de Pesquisa n° 2-P Série A, USP, Piracicaba, SP, Dez., 1970.
- 07 NEHMAN, Gerald, "Agricultural Credit Use on Low-Income Farms in a Depressed Rural Community of São Paulo, Brazil," Research Notes n° 12, The Ohio State University, Nov., 1971.
- 08 RAO, Bodepudi Prasada, "The Economics of Agricultural Credit Use in Southern Brazil," Ph.D. dissertation, Department of Agricultural Economics and Rural Sociology, The Ohio State University, 1971.

- 09 RASK, Norman, R.L., Meyer, F.C. Péres, "Draft Working Paper on Agricultural Credit and Production Subsidies as Policy Instruments for PROTERRA, "Departament of Agricultural Economics and Rural Sociology, The Ohio State University, September, 1971.
- 10 TENDLER, Judith, "Agricultural Credit in Brazil", relatório não publicado, Missão USAID, Brasil, arquivado na USAID/Brasil, Outubro 1969.
- 11 _____, "Agricultural Credit in Brazil - Part II", relatório não publicado, Missão USAID, Brasil, arquivado na USAID/Brasil, Jan. 1970.
- 12 TOMMY, Joseph L., "Credit Use and Capital Formation on Small-to-Medium Sized Farms in Southern Brazil-1965-1969," unpublished M.S. Thesis, Department of Agricultural Economics and Rural Sociology The Ohio State University, 1971.